

# O PODER DO PARLAMENTO

**1º Manifesto Legislativo em Moçambique!**

**Conheça o factor ideológico. →**





**Nosso Dedo**

**Nossa decisão**

8

Nova Democracia

ND



## Quem somos?

### NOVA DEMOCRACIA: Lutar por Moçambique!

Somos cidadãos de esperança, maioritariamente jovens, mulheres e homens de coragem, ansiosos em se afirmar como programa alternativo inclusivo em que Moçambique acredite.

A Nova Democracia defende a Constituição, as instituições democráticas, a independência da justiça, o respeito pelos direitos humanos, a economia livre, a valorização do local e o direito à propriedade.

Queremos construir a dignidade dos Moçambicanos; edificar a tolerância e resgatar o Moçambique independente, onde a diversidade não nos assuste e a unidade não seja chavão, na mesma medida em que dialogamos com o mundo como uma aldeia global. Um Moçambique onde todos têm a mesma oportunidade de sonhar e de acreditar no seu potencial. Queremos semear esperança não apenas no país mas nos moçambicanos.

Queremos erguer a ousadia e a crença de que todos têm voz mesmo que no final nem todas as ideias possam vincar ao mesmo nível. Matar a cultura de perdedor acreditando que podemos colher experiência antes de uma vitória maior. Queremos plantar o compromisso com resultados edificando um Estado que democratize e autonomize as instituições para que a acção política seja descentralizada.

Com a mesma coragem e ousadia que caracterizou centenas de anos de luta contra o colonialismo, impossível de se ter vencido numa única batalha, acreditamos que o outro sozinho nunca é completo mas que juntos seremos uma Nação mais forte e poderosa. Acreditamos que no desporto, na política, na economia, na cultura e na ciência, representaremos Moçambique com briosidade, colocando os recursos humanos e naturais ao serviço de uma agenda inclusiva, patriótica, sustentável, rentável e ambiental.

O nosso combate é a favor do jovem com sonhos, da mulher batalhadora, do funcionário público, do estudante, do professor, do polícia, do desportista, da artista, do agricultor, do jornalista, do comerciante, do profissional de saúde; enfim, do cidadão. É contra a cultura política de comodismo instalada pela elite predadora do Estado, na lógica de um sistema corrompido em todos os seus pilares democráticos onde se instalou o software do curriculum reprodutivo no qual estamos todos contaminados pela carência de um projecto de Estado.

**São valores da Nova Democracia:** Inclusão, Liberdade, Tolerância, Unidade na diversidade, Patriotismo, Legalidade e Pluralismo.

Escolhemos a esperança para enviar uma mensagem vigorosa de que

**Universalismo** - defendemos os direitos humanos sem quaisquer exceções. Deve ser universal o acesso às provisões públicas na saúde, educação e segurança social;

**Liberdade** - é o pilar basilar do nosso combate diário. O pensar diferente, a tolerância, o livre expressar e o diálogo são incentivados em toda a intervenção da Nova Democracia;

**Igualdade** - seja ela perante a lei, de oportunidades ou em termos de equidade na distribuição de recursos e na possibilidade de um presente digno. Todas as oportunidades são equitativamente disputadas por homens e mulheres, de modo que pelo menos 35% do grupo alvo ou beneficiários de cada intervenção devem ser mulheres sendo zebra o ideal;

**Solidariedade e justiça social**- enquanto pressuposto para a correcção de injustiças;

**Combate ao carreirismo político** - constitui barreira ao surgimento de novas lideranças, de ideias renovadoras e modernizantes. Somos radicais na defesa de um sistema político fundado na soberania popular, na alternância política e na livre competição entre ideias e programas. Nenhum candidato da Nova Democracia poderá concorrer por mais de dois mandatos;

**Inovação** - apresentamo-nos como uma estrutura de participação política inclusiva buscando inovar continuamente na forma moçambicana de fazer política através de uso das novas tecnologias, enquanto mecanismos indispensáveis de expressão e crítica, democrática e livre;

**Unidade na diversidade** - em menos de um ano de constituição nos unimos à escala nacional e concorreremos por todos os círculos eleitorais nas onze províncias do país;

**Inclusão** - somos contra qualquer tipo de discriminação racial, sexual, étnica, política, filosófica, ideológica, religiosa ou física, não devendo ser confundido com os esforços que visem promover a igualdade através da discriminação positiva;

**Não às regalias excessivas** - os altos subsídios e excessivas mordomias legais ou institucionalizadas, que, sob vários nomes, vão aumentando o bolo que o cidadão tem que pagar pelos servidores públicos, precisam ser reconsideradas, ainda que difíceis de enfrentar porque as mudanças dependem dos próprios legisladores;

## Declaração de Princípios da Nova Democracia

***Declaração  
de Princípios  
da Nova  
Democracia***

**Ecológico** - comprometemo-nos em até 90 dias após cada ciclo eleitoral remover todo o nosso material de propaganda gráfica das ruas assim como defender medidas de política de defesa do ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável;

**Nacionalismo** - os interesses da nação devem prevalecer acima de tudo, e principalmente sua preservação enquanto entidade, nos campos linguístico e cultural, sem dogmatismos e nem desrespeito à diversidade ou direito à diferença;

**Independência** - defendemos a independência do poder político face ao grande capital económico. É dever do Estado promover o interesse público e o bem comum, corrigir as desigualdades, arbitrar conflitos e agir em prol da coesão social e territorial, enquanto somos abertos à pluralidade das iniciativas e das formas económicas privadas, públicas e sociais, regulada pelo mercado e por instituições públicas adequadas;

**Separação de poderes** - pugnamos por um Estado de Direito forte, com um Governo limitado e com rigoroso respeito pela independência do Judicial e do Legislativo em relação ao Executivo, daí o fundamento de ter apresentado apenas candidatura Parlamentar. A Comissão de Petições Parlamentar deve ser tão forte ao ponto de receber e agir sobre queixas contra o Governo;

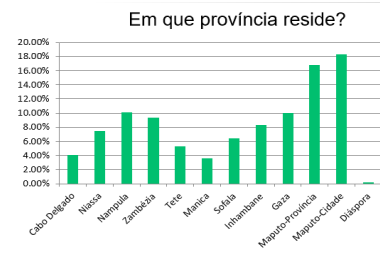
Somos do Centro Democrático!

## Dados desagregados por província

### A VEZ DO POVO - Avaliação de Prioridades do Cidadão

#### Em que província reside?

Answer Choices	Responses
Cabo Delgado	4.12% 41
Niassa	7.43% 74
Nampula	10.14% 101
Zambézia	9.34% 93
Tete	5.32% 53
Manica	3.61% 36
Sofala	6.43% 64
Inhambane	8.33% 83
Gaza	10.04% 100
Maputo-Provincia	16.77% 167
Maputo-Cidade	18.27% 182
Diáspora	0.20% 2
<b>Answered</b>	<b>996</b>
<b>Skipped</b>	<b>4</b>



### Dados desagregados por Idade!

Answer Choices	Responses
15 - 25 anos	26.30% 263
26 - 35 anos	29.04% 284
36 - 45 anos	16.20% 162
46 - 55 anos	3.80% 38
56 - 65 anos	7.90% 79
Outro (especifique)	6.40% 64
<b>Answered</b>	<b>1000</b>
<b>Skipped</b>	<b>0</b>

#### Qual é o seu intervalo de idade?



### Dados desagregados por Sexo!

#### A VEZ DO POVO - Avaliação de Prioridades do Cidadão

##### Qual é o seu sexo?

Answer Choices	Responses
Feminino	37.44% 371
Masculino	62.56% 620
<b>Answered</b>	<b>991</b>
<b>Skipped</b>	<b>9</b>



Percepção dos cidadãos sobre as prioridades nacionais!

## Quadro resumo!

### Qual destas questões de governação é prioritária para si e sua comunidade nestas eleições?

	Nada prioritário	Mais ou menos prioritário	Prioritário	Muito prioritário	Extremamente prioritário	Total	Weighted Average					
Emprego	3.70%	37	3.10%	31	10.90%	109	23.60%	236	58.70%	587	1000	4.31
Educação	3.12%	21	3.42%	23	12.63%	185	20.36%	337	60.48%	427	993	4.13
Saúde	4.04%	27	2.24%	15	10.91%	173	16.74%	312	66.07%	472	999	4.19
Ambiente	3.23%	21	9.22%	60	30.57%	199	25.04%	163	31.95%	208	651	3.73
Segurança social e pensões	5.73%	37	9.44%	61	26.47%	171	25.54%	165	32.82%	212	646	3.70
Migração	15.36%	98	30.09%	192	30.88%	197	12.07%	77	11.60%	74	638	2.74
Responsabilização e transparência governativa	5.19%	34	1.37%	9	8.09%	253	17.86%	227	67.48%	442	965	4.07
Acesso à tecnologias	5.32%	34	9.08%	58	31.46%	201	24.26%	155	29.89%	191	639	3.64
Combate à Pobreza e desigualdades	4.29%	28	2.61%	17	8.90%	58	23.16%	151	61.04%	398	652	4.34
Combate à corrupção	4.49%	29	1.08%	7	8.20%	313	13.31%	176	72.91%	471	996	4.06
Humanização do sistema prisional	7.70%	49	17.61%	112	30.35%	193	21.38%	136	22.96%	146	636	3.34
Habitação e acesso à terra	3.69%	24	6.45%	42	19.82%	129	21.97%	143	48.08%	313	651	4.04
Energia	4.35%	28	5.20%	34	17.73%	114	25.97%	167	46.66%	300	643	4.05
Economia extractiva	5.67%	36	9.70%	62	29.13%	185	23.62%	150	31.81%	202	635	3.66
Paz e segurança	2.49%	16	5.45%	35	12.46%	196	15.73%	291	63.86%	460	998	4.15
Direitos das minorias	9.79%	62	10.58%	67	22.91%	145	21.48%	136	35.23%	223	633	3.62
Inclusão e tolerância política	5.22%	33	9.81%	62	22.47%	242	22.15%	240	40.35%	355	932	3.88
Deficiência e inclusão	6.04%	38	7.79%	49	30.68%	193	22.73%	143	32.75%	206	629	3.68
Tradição e práticas culturais	9.27%	58	23.96%	150	34.98%	219	15.97%	100	15.81%	99	626	3.05
Infraestruturas	4.44%	28	5.39%	34	25.52%	161	22.82%	144	41.84%	264	631	3.92
Arte e cultura	5.78%	36	18.46%	115	36.60%	228	18.78%	117	20.39%	127	623	3.30
Desporto	5.10%	32	15.79%	99	34.93%	219	19.62%	123	24.56%	154	627	3.43
Religião	11.50%	72	28.59%	179	27.80%	174	15.65%	98	16.45%	103	626	2.97
Liberdade de expressão e de imprensa	5.19%	33	4.09%	26	17.61%	212	22.48%	243	50.63%	422	936	4.06
Igualdade de género	7.80%	49	14.97%	94	33.44%	310	18.79%	218	25.00%	157	828	3.41
Industrialização e comércio	5.33%	33	6.14%	38	26.82%	166	29.73%	184	31.99%	198	619	3.77
Economia informal	7.12%	44	20.39%	126	31.88%	197	21.84%	135	18.77%	116	618	3.25
Agropecuária	4.33%	27	8.01%	50	27.56%	172	28.37%	177	31.73%	198	624	3.75
Política externa e relações internacionais	7.88%	49	13.99%	87	36.33%	226	22.83%	142	18.97%	118	622	3.81
Acesso à justiça	4.29%	27	3.02%	19	17.81%	312	24.64%	255	50.24%	316	925	3.88
Água e Saneamento	3.34%	21	3.82%	24	13.06%	82	22.13%	135	57.64%	362	826	4.27
Transporte	3.00%	22	3.82%	24	10.51%	266	22.29%	240	59.87%	376	928	4.00
Pesca e siveicultura	6.02%	37	17.40%	107	32.85%	202	22.76%	140	20.88%	129	615	3.35
Caça furtiva	25.65%	158	20.62%	127	20.29%	125	13.31%	82	20.13%	124	616	2.82
Turismo	5.66%	35	12.94%	80	33.01%	204	24.43%	151	23.95%	148	616	3.48
Atendimento público	3.50%	22	3.97%	25	14.15%	89	24.32%	153	54.05%	340	629	4.21
Outro (especifique)											91	
<b>Answered</b>											<b>1000</b>	
<b>Skipped</b>											<b>0</b>	

**As 12  
questões  
mais  
pontuadas**

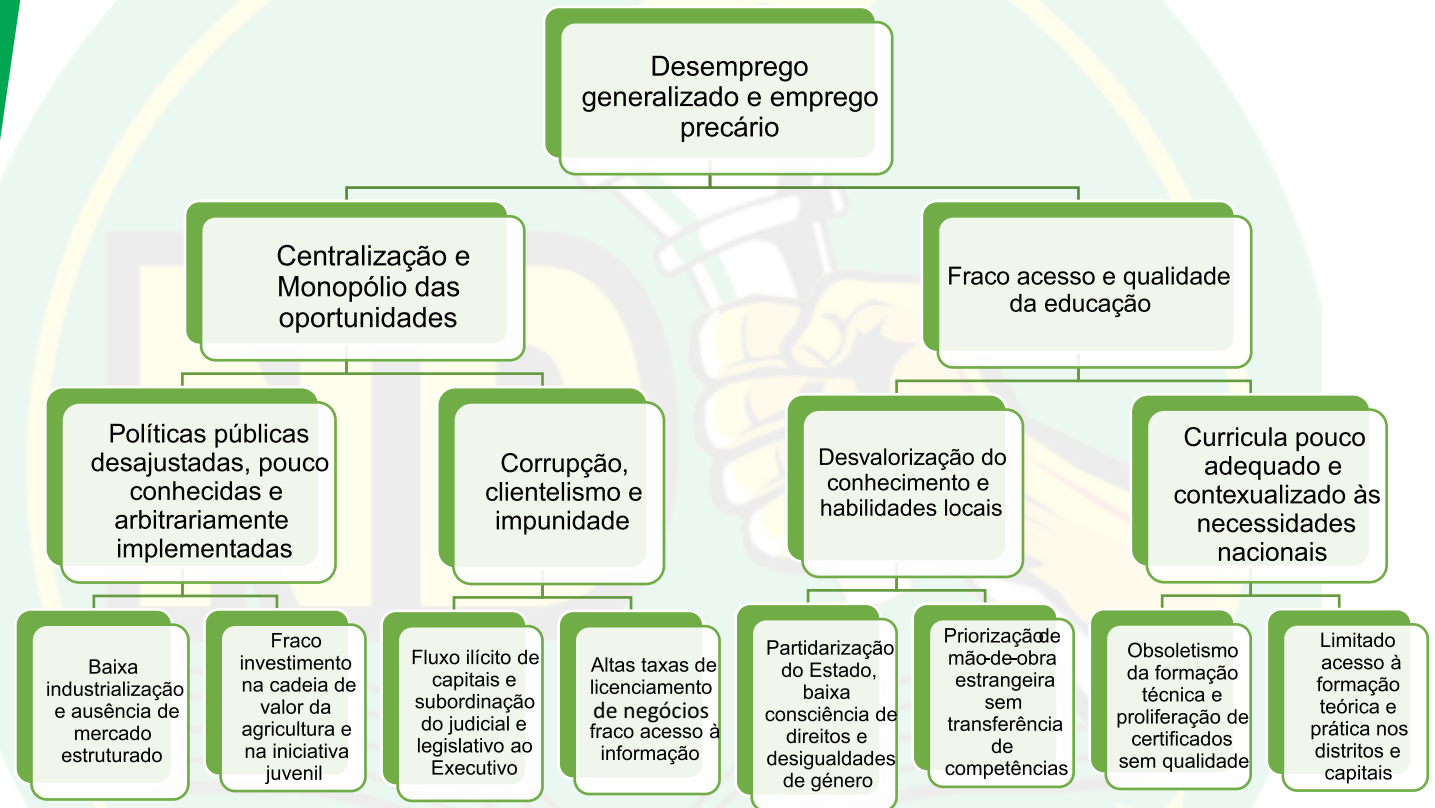
Ordem	Prioridade	Nº de Respondentes	Pontuação
1.	Emprego	1000	4.31
2.	Saúde	999	4.19
3.	Paz e Segurança	998	4.15
4.	Combate à corrupção	996	4.06
5.	Educação	993	4.13
6.	Responsabilidade e transparência governativa	965	4.07
7.	Liberdade de expressão e de imprensa	936	4.06
8.	Transporte	928	4.00
9.	Combate à pobreza e desigualdades	652	4.34
10.	Habitação e acesso à terra	651	4.04
11.	Atendimento ao público	629	4.21
12.	Água e saneamento	528	4.27

## Árvore do problema



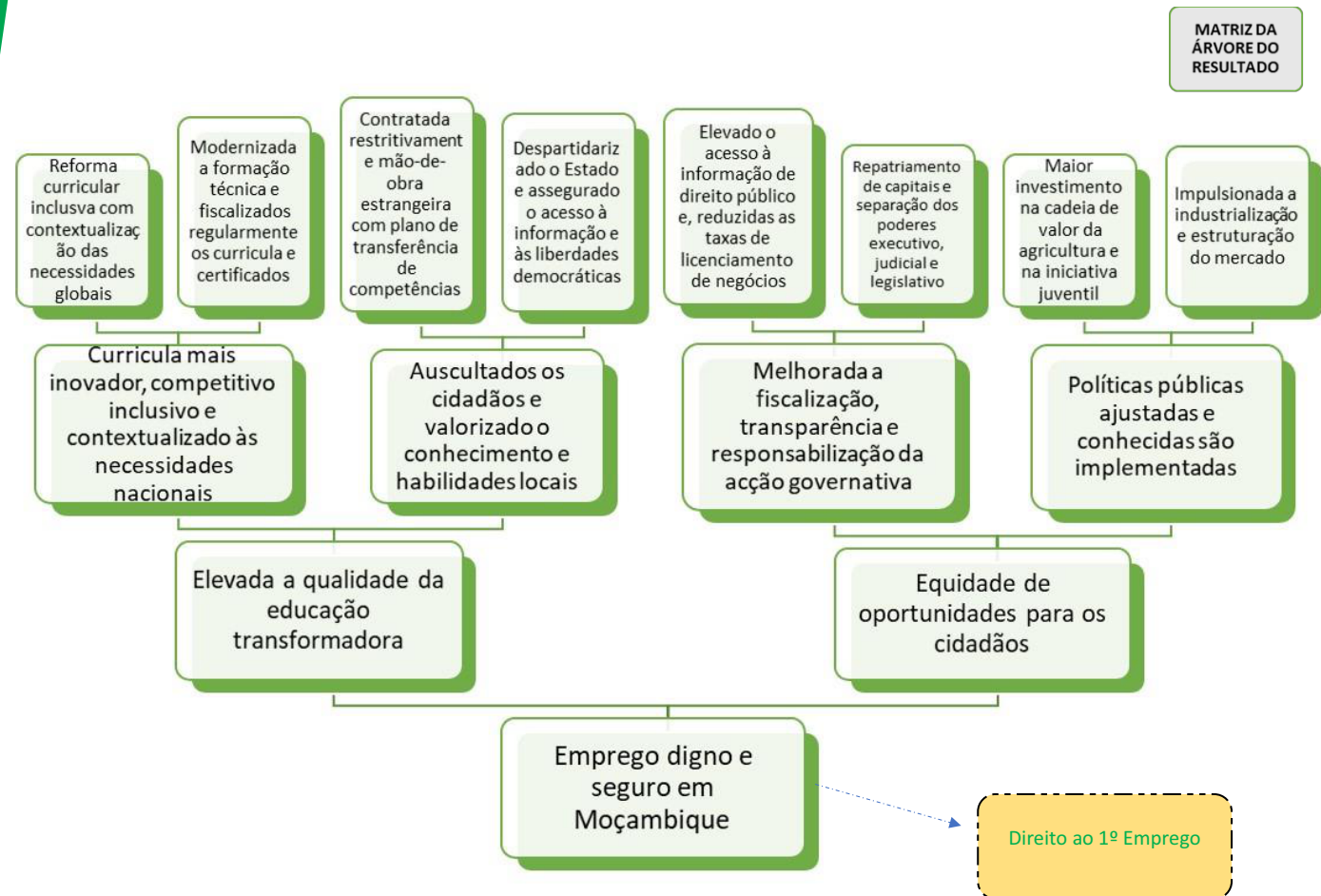


*Matriz da árvore do problema*



8

# Matriz de resultados



***Missão da  
ND no  
Parlamento***

Defender a provisão de emprego digno e seguro em Moçambique através da elevação do acesso e qualidade da educação e da equidade de oportunidades para os cidadãos, derivado de um primeiro emprego facilitado pelo Estado e da implementação/fiscalização de políticas conhecidas e ajustadas à realidade.

**COMPROMISSO CÍVICO – a escolha estratégica no presente para uma potencial alternativa ao futuro!**

**NOVA DEMOCRACIA: Lutar por Moçambique!**

Ord	Resultados	Indicador	Meta final	Meta de 2020	Meta de 2021	Meta de 2022	Meta de 2023	Meta de 2024	Meio de verificação
01	Políticas públicas ajustadas e conhecidas são implementadas	# de projectos de política e lei propostos, aprovados e promulgados	20 projectos propostos; 5 leis aprovadas e promulgadas	1 Projecto de Lei de conteúdo local com melhor definição de conteúdo local revista e aprovada	1 Projecto de Lei das Associações com auscultação e inclusão das exigências da sociedade civil aprovado; Lei de Formação Desportiva aprovada;	1 Projecto de Lei de repatriamento de capitais com conversão do capital ilícito detectado à favor da agricultura, saúde e educação aprovado;	1 Política externa de Moçambique revista para proteger e defender os interesses dos cidadãos nacionais; Lei de consulta pública aprovada.	1 Lei de responsabilidade social aprovada; 1 Política agrária alinhada à política comercial em Moçambique aprovada.	Projectos de lei/política; Leis publicadas.
02	Melhorada a fiscalização, transparência e responsabilização da acção governativa	# de portais físicos e electrónicos; # de denúncias e petições submetidas e tempo de resposta; % dos usuários satisfeitos; # de leis e políticas fiscalizadas; Nível de satisfação dos utilizadores; Número de acções de entidades públicas e privadas inquiridas e fiscalizadas vs.	1 Portal online Petição.mz.org estabelecido para denúncias e petições aos Parlamentares com canais físicos de submissão em províncias e distritos; 75% dos usuários satisfeitos	1 Projecto de Portal proposto	1 Portal online aprovado e acessível	11 Canais físicos provinciais de submissão de petições e denúncias estabelecidos	1 Linha verde de petições e denúncias parlamentares com tempo de resposta de 72 horas.	75% dos usuários satisfeitos com o portal e canais físicos;	Portal Online; Relatório de denúncias e resposta.

**COMPROMISSO CÍVICO – a escolha estratégica no presente para uma potencial alternativa ao futuro!**

**NOVA DEMOCRACIA: Lutar por Moçambique!**

Ord	Resultados	Indicador	Meta final	Meta de 2020	Meta de 2021	Meta de 2022	Meta de 2023	Meta de 2024	Meio de verificação
		ilegalidades travadas.							
03	Auscultados os cidadãos e valorizado o conhecimento local	# de jornadas parlamentares de auscultação cidadã; Nível de satisfação cidadã com a bancada ND; # de portais abertos de informação pública criados; # de medidas propostas pelos cidadãos implementadas.	Jornadas parlamentares de auscultação cidadã semestrais	ND no Parlamento; 1 Auscultação cidadã por círculo eleitoral realizada.	Auscultação cidadã semestral por círculo eleitoral realizadas; Nomeados os Juizes do Tribunal Supremo, Administrativo e Conselho Constitucional assim como a PGR pelos seus pares para mandato máximo de 10 anos	Auscultação cidadã semestral por círculo eleitoral realizadas; Publicado em BR trimestral a lista dos beneficiários do FAIJ, dos fundos do Estado, do Regulamento de estágios e dos postos de emprego criados.	Auscultação cidadã semestral por distrito realizadas com a presença de parlamentares, Provedoria de Justiça, IPAJ e Comissão Nacional dos Direitos Humanos; Produzido 1 relatório balanço do cumprimento da Lei de Direito à Informação.	Auscultação cidadã semestral distrito realizada com a presença de parlamentares, Provedoria de Justiça, IPAJ e Comissão Nacional dos Direitos Humanos	Acta, fotos e vídeos das auscultações; Matriz de seguimento das recomendações.
04	Curricula mais inovador, competitivo, inclusivo e contextualizado às necessidades globais	# de adolescentes e jovens beneficiários desagregados por distrito e género; # de reformas introduzidas; # de bolsas de transferências concedidas; # de postos de emprego criados, tipologia e beneficiários.	80% dos inquiridos à escala nacional satisfeitos com as reformas realizadas.	1 Proposta de reforma curricular apresentada.	1 Audição Parlamentar realizada.	1 Reforma curricular adoptada integrando as propostas do ND.	1 BR publicado com a lista, fonte, tipologia e estatística de empregos criados;	80% dos inquiridos à escala nacional satisfeitos com as reformas realizadas.	Curricula; Relatório balanço das reformas; Relatório de satisfação do utente.

DIREITO AO PRIMEIRO EMPREGO		
Ord	Resultados	Medidas de Política Prioritárias
01	<i>Políticas públicas ajustadas e conhecidas são implementadas</i>	<p>- Propor projectos de lei, políticas e resoluções ou sua revisão sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) Repatriamento voluntário e coercivo de capitais, com conversão do capital ilícito detectado à favor da agricultura, saúde e educação;</li> <li>(ii) Conteúdo local, com melhor definição de conteúdo local (a maioria das acções das empresas beneficiárias pertencente à moçambicanos e redução do custo de certificação de qualidade das empresas);</li> <li>(iii) Associações, reduzindo o controlo governamental e promovendo os direitos das comunidades (consideração das propostas das organizações da sociedade civil);</li> <li>(iv) Política externa de Moçambique revista para proteger e defender os interesses dos cidadãos nacionais em Moçambique e no estrangeiro (tomando como referência o assassinato aos guarda-fronteiras moçambicanos no marco 13);</li> <li>(v) Consulta pública, para salvaguardar a negociação equilibrada e a justa compensação das comunidades;</li> <li>(vi) Responsabilidade e indemnização social, para regular e incentivar programas sustentáveis e favoráveis ao desenvolvimento comunitário que priorize o desenvolvimento de competências da mão de obra local;</li> <li>(vii) Política agrária, alinhada à política comercial em Moçambique priorizando a produção alimentar e o mercado interno (resolução n.º 11/95 de 31 de Outubro);</li> <li>(viii) Lei de Formação Desportiva, com vista a impulsionar a valorização dos campeões nacionais e o seu aproveitamento para a formação de talentos juniores desde a infância;</li> <li>(ix) Estatuto dos Polícias, Professores e Profissionais de Saúde para incluir medidas reforçadas de formação humana e de motivação;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"><li>- Aprovar e denunciar tratados que versam sobre matérias da competência da AR e ligadas às prioridades estabelecidas neste Compromisso Cívico;</li><li>- Definir as bases da política de impostos e o sistema fiscal tendo como linha de orientação a análise contextual PESTA do país, normatizando as medidas de revisão e subida dos preços dos serviços sociais e públicos em Moçambique;</li><li>- Remover a multa de INSS aplicadas sobre empreendedores individuais;</li><li>- Introduzir um subsídio de início de actividade em alternativa ao subsídio de desemprego, estabelecendo o prazo de 24 meses para o jovem entre os 21 e os 25 anos formalizar o seu negócio e devolver o dinheiro ao Estado;</li><li>- Rever o estatuto dos titulares dos órgãos de soberania, das províncias e dos órgãos autárquicos, propondo a eliminação de regalias excessivas à favor de sectores sociais estratégicos como transporte, saúde e educação;</li><li>- Ratificar os tratados de participação de Moçambique nos organismos internacionais de defesa com foco para a resolução dos ataques radicais em Cabo Delgado;</li><li>- Participar na definição da política de defesa e segurança ouvido o Conselho Nacional de Defesa e Segurança, com vista a responder a situação de Cabo Delgado e eventuais ameaças nacionais;</li><li>- Deliberar sobre a divisão territorial sem gradualismos partidarizados;</li><li>- Propor a reversão do capital angariado pela Operação Tronco e pelo INAE para revitalizar a indústria local nacional na produção de produtos acabados como carteiras através de concurso público;</li><li>- Garantir que, em respeito à Declaração de Abuja, 15% do Orçamento do Estado seja direcionado ao sector da saúde;</li><li>- Introduzir medidas de política para a priorização de oficinas e carpintarias locais na produção e reparação de carteiras escolares nos distritos;</li><li>- Propor a redução das taxas de abertura e da burocracia de encerramento de empresas.</li></ul>
--	---

## Direito ao primeiro emprego

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Suspender no todo ou em parte a vigência de decretos-lei aprovados pelos Conselho de Ministros e requerer a sua apreciação;</li> <li>- Monitorar o Estatuto do Deputado quanto à conflito de interesse;</li> <li>- Requerer a constituição de Comissões Parlamentares do inquérito, com foco para o capítulo de repatriamento de capitais;</li> <li>- Interpor recurso para o Conselho Constitucional da deliberação do plenário da AR sobre a inconstitucionalidade ou ilegalidade de normas;</li> <li>- Fiscalizar o período de pesca e caça para elevar a transparência, equidade de critérios e legalidade na actividade;</li> <li>- Fiscalizar eficácia dos sistemas de segurança pública na prevenção e resposta à criminalidade através do sistema de registo de cartões SIM, camaras de segurança, lei de transacções electrónicas e do sistema biométrico, incluindo na assistência aos cidadãos vítimas de burla bancária, de assaltos e sequestros;</li> <li>- Pressionar a criação de um Portal directório online de Turismo com registo de todo o acervo e opções turísticas nacionais capaz de prevenir a fluxo ilícito de capital turístico através do sistema actual de reservas em portais internacionais, incluindo a possibilidade de encaminhamento para agências locais de procurement e reserva;</li> <li>- Propor a criação de uma plataforma Parlamentar “petiçãomz.org” com canais físicos locais e linha verde para a submissão de propostas, petições, queixas e denúncias populares para acção parlamentar, com prazo de resposta de 72 horas, coordenada pela Comissão de Queixas e Petições e, em articulação com a Comissão Nacional de Direitos Humanos, a Comissão Central de Ética Pública, a Provedoria de Justiça, o Gabinete Central de Combate à Corrupção, a Procuradoria-Geral da República e o IPAJ;</li> <li>- Exigir e divulgar o Relatório integral de Auditoria às dívidas da EMATUM, MAM e ProIndicus;</li> <li>- Fiscalizar as medidas administrativas, condições materiais e humanas de inclusão da pessoa com deficiência física, auditiva, visual, mental e com doenças raras, com foco para acessibilidade, saúde e educação;</li> </ul>
--	--



## Direito ao primeiro emprego

02	<p><i>Melhorada a fiscalização, transparência e responsabilização da acção governativa</i></p>	- Verificar minuciosamente a inclusão das preocupações do cidadão no Programa Quinquenal do Governo com metas monitoráveis;
		- Denunciar e fiscalizar a implementação dos tratados internacionais com foco para a adopção dos indicadores nacionais dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, das medidas do Acordo Climático Mundial COP21, do Plano Nacional dos Direitos Humanos e de acção à Revisão Periódica Universal e da Agenda 2063 da União Africana;
		- Requerer, obter do Governo ou das instituições públicas e privadas, assim como divulgar, dados, informações e documentos necessários ao exercício do seu mandato, mormente nas áreas de emprego e renda;
		- Fiscalizar a indemnização dos cidadãos vítima de agências bancárias que encerram sem justa indemnização;
		- Fiscalizar, definindo as condições gerais, a contratação ou concessão de empréstimos e, a realização de outras operações de crédito pelo Governo, por um período não superior a um exercício económico, estabelecendo limites e áreas prioritárias dos avales a conceder pelo Estado;
		- Fiscalizar a implementação do tratado de <i>Kimberley</i> na comercialização de recursos extraídos à custa do sangue das comunidades locais, com foco para a pressão do desfecho do processo n.º 90 sobre a tortura dos garimpeiros de Nhamanhumbir;
		- Exigir o cumprimento da decisão do Conselho Constitucional sobre a nulidade da inscrição das dívidas ilegais na Conta Geral do Estado;
		- Desenvolver audições parlamentares anuais à Comissão Nacional de Eleições, à PGR e ao Ministro do Interior sobre o grau de cumprimento das recomendações dos acórdãos do Conselho Constitucional de validação do processo eleitoral;
		- Fiscalizar a acção do IPAJ nos distritos, a situação das cadeias e o andamento dos processos não transitados em julgado;

## Direito ao primeiro emprego

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fiscalizar a eliminação de células partidárias no aparelho do Estado;</li> <li>- Combater o carreirismo político limitando o mandato do deputado para o exercício máximo de 10 anos;</li> <li>- Leis e Políticas de Fiscalização Prioritária: (i) Constituição da República; (ii) Política da Juventude; (iii) Lei da Probidade Pública; (iv) Lei do Direito à Informação; (v) Lei do Voluntariado; (vi) Política de Emprego; (vii) Regulamento de Estágio Profissionais; (viii) lei do mecenato e valorização cultural com vista a pressionar maior assistência aos artistas nacionais e investimento formativo; (ix) Política de Protecção Social Básica com foco para a assistência à terceira idade e aos trabalhadores no sector informal; (x) Lei de Prevenção e Combate aos casamentos prematuros; (xi) Estatuto de Deputado no capítulo de redução das regalias; (xi) Política de Reforma das altas individualidades do Estado; (xii) Lei do Trabalho.</li> </ul>
03	<i>Auscultados os cidadãos e valorizado o conhecimento local</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar Jornadas Parlamentares cidadãs semestrais por distrito para auscultar a comunidade e às organizações da sociedade civil sobre as matérias agendadas para debate parlamentar e devolver as matérias debatidas na sessão anterior;</li> <li>- Fazer perguntas e interpelações ao Governo sobre as matérias levantadas nas jornadas parlamentares de auscultação cidadã semestral nos círculos eleitorais;</li> <li>- Devolver aos cidadãos as respostas e pontos de acção sobre as matérias interpeladas ao Governo;</li> <li>- Ratificar a nomeação do Presidente do Tribunal Supremo, do Presidente do Conselho Constitucional, do Presidente do Tribunal Administrativo e do Vice-Presidente do Tribunal Supremo pelos seus pares para um mandato único de 10 anos;</li> <li>- Eleger o Provedor de Justiça auscultados os Pares e a sociedade civil;</li> <li>- Deliberar sobre os relatórios de actividades do Conselho de Ministros e, deliberar sobre o Programa do Governo, as grandes opções do PES e do orçamento do Estado e os respectivos relatórios de execução ouvida a opinião dos cidadãos e tomando como base o compromisso cívico;</li> <li>- Interpelar qualquer entidade pública em defesa da Constituição e demais leis;</li> </ul>

## Direito ao primeiro emprego

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Exigir a publicação trimestral obrigatória no Boletim da República (BR) da fonte, tipologia e localização sectorial dos postos de emprego criados pelo Programa do Governo; e das listas de beneficiários do FAIJ, Fundos do Estado para a juventude, da Política de Emprego e do Regulamento de Estágios Profissionalizantes, assim como das empresas que obtiveram benefícios fiscais em decorrência;</li> <li>- Propor a criação do Portal de Informação Nacional com informação de utilidade pública incluindo oportunidades locais, acesso à financiamento, concursos públicos, legislação e estratégias nacionais, contratos com megaprojectos, entre outros;</li> <li>- Fiscalização da aquisição, gestão e comercialização de medicamentos e do atendimento ao público no sector da saúde com foco para a situação de Niassa.</li> </ul>
04	<p><i>Curricula mais inovador, competitivo, inclusivo e contextualizado às necessidades globais</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Requerer a realização de audições parlamentares sobre matérias ligadas à qualidade da educação;</li> <li>- Propor a introdução da obrigatoriedade de, à cada mão-de-obra especializada estrangeira contratada, se assegurar a formação de um local num centro especializado de transferência de competência em Moçambique ou no país de origem/operação do projecto contratante, com prazo de substituição por nacional no período máximo de 5 anos;</li> <li>- Estabelecer quotas em forma de Política para a admissão directa de 2 melhores alunos por distrito em universidades e institutos superiores públicos com direito à bolsa;</li> <li>- Propor a introdução do Escutismo no ensino primário para ensinar habilidades para a vida, resistência, criatividade e sobrevivência com a duração de 2 semanas nas férias do final do ano lectivo, com premiações para instigar o espírito de competitividade de 2ª à 4 classes;</li> <li>- Propor a introdução de programa de parceria com oficinas de carpintaria, grupos corais, oficinas de tecnologia local, centros de investigação, entre outros, para a administração da disciplina prática de Ofícios na 4ª e 5ª classe orientada, por exemplo, para a produção de brinquedos, reparação de telemóveis, a reabilitação de carteiras escolares, criação de coral escolar ou estudo da propriedade curativa de plantas tradicionais, pelos alunos com</li> </ul>

## Direito ao primeiro emprego

		<p>vista a aquisição de habilidades de saber fazer. Este programa irá privilegiar o potencial de cada província para ligar à disciplina de artes e ofícios, com atenção particular à gestão, industrialização, processamento, inovação, comercialização de produtos agrícolas, investigação medicamentosa e prospecção de minérios;</p> <p>- Propor a introdução do Dia Aberto do Estado para alunos de 8ª à 10ª classe visitarem instituições estatais incluindo as FADM e interagir com o pessoal;</p> <p>- Propor a introdução de programa de orientação vocacional com <i>workshops</i> temáticos e práticos da 9ª à 10ª classe no sector público e privado;</p> <p>- Introduzir as cadeiras de orientação vocacional e profissional, de liberdade criativa e de direitos humanos nos curricula de formação de professores à escala nacional;</p> <p>- Propor a introdução de estágios pré-profissionais voluntários e não remunerados na 11ª classe através da alocação de alunos nas instituições estatais, empresas públicas e privadas, associações, machambas comunitárias, cooperativas, hospitais, organizações de base comunitária, banca, cadeias, etc.;</p> <p>- Propor a introdução do programa “uma visita, um profissional amador” através do qual <del>alunos</del> estudantes visitam fábricas e indústrias para se informar sobre processo de produção em Moçambique;</p> <p>- Exigir a despartidarização e devolução do Museu da Revolução ao Estado como parte do património histórico cultural, assim como propor a criação de Museus distritais da história comunitária;</p> <p>- Introduzir um programa de intercâmbio voluntário de um trimestre entre estudantes de diferentes províncias e/ou países, acolhidos por famílias hospedeiras em comunidades desfavorecidas;</p> <p>- Propor a introdução da exigência de identificação de um problema comunitário para o trabalho do final de curso a partir do 2º semestre do primeiro ano da formação superior;</p> <p>- Propor a introdução de quotas por sexo para a admissão semestral de estudantes estagiários não remunerados nas instituições estatais e empresas públicas;</p>
--	--	--

**Direito ao primeiro emprego**

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Exigir a orientação do FAIJ para incentivar a criação de cooperativas juvenis profissionalizadas e grupos de explicadores locais comunitários;</li> <li>- Introduzir como responsabilidade pública a capacitação das empresas moçambicanas nos procedimentos e mecanismos para aceder às oportunidades no sector de gás, mineração e indústria extractiva;</li> <li>- Monitorar a responsabilização institucional de universidades e institutos licenciados que eliminam o curso antes da conclusão e sem reintegração e indemnização dos estudantes vítima;</li> <li>- Orientar a definição da Política Externa para priorizar a formação técnico-profissional prática massiva de jovens Moçambicanos em países parceiros com <i>expertise</i> em áreas definidas como prioridades nacionais;</li> <li>- Propor a certificação de que o trabalho voluntário comprovado sirva de experiência profissional no curriculum;</li> <li>- Assegurar a Introdução de um programa de estágio profissional, não necessariamente remunerado, com a duração de 6 meses para estudantes do nível de licenciatura e de formação técnico-profissional no penúltimo semestre lectivo, que conte como primeiro emprego, através da cooperação com instituições estatais e privadas (pequenas, médias e grandes empresas), com inspecções regulares para confirmar a presença e conteúdo da formação prática dos estudantes, e com a contrapartida de descontos fiscais em caso de contratação final dos estagiários;</li> <li>- Propor a nomeação dos Reitores das Universidades pelos seus pares com o poder do Presidente da República reduzido à mera promulgação ou não da decisão, com vista a despartidarização das academias.</li> </ul>
--	--

O nosso percurso de mudança funda-se nas aprendizagens colhidas em anos de caminhada na intervenção social que forma a experiência da maior parte dos nossos militantes. A abordagem de mudança que adoptamos sustenta-se na hipótese segundo a qual “se existirem políticas públicas ajustadas capazes de fomentar a iniciativa criadora, a industrialização do mercado e o investimento na cadeia de valor da agricultura num cenário de fiscalização activa e responsabilização dos governantes por um lado, e se houver auscultação e diálogo permanente assente na valorização do conhecimento local aliado à aposta em curricula transformadores orientado para o saber fazer contextualizado às necessidades locais e globais, num ambiente de livre acesso à informação, é possível alargar o acesso à oportunidades de forma equitativa pelos moçambicanos e melhorar a qualidade da educação, resultando assim em maior geração de emprego digno e seguro para os cidadãos, melhorando a renda familiar, elevando a dignidade dos moçambicanos, eliminando gradualmente o colonialismo financeiro e, reduzindo a dependência económica”.

Na verdade, se a análise contextual e a árvore do problema nos oferecem caminhos para compreender melhor a relação causa-efeito, somos da convicção de que a criação de empregos dignos e seguros em Moçambique é parte da chave para a recuperação da dignidade no atendimento ao público, na segurança alimentar, nos transportes, na saúde, na segurança pública, no acesso à habitação e à terra, e em outras questões estruturais da sociedade moçambicana. Esta reflexão reforça a necessidade de engajamento da Nova Democracia na defesa dos interesses do cidadão e dos direitos humanos na saúde, transporte, habitação, segurança e educação não directamente articulados na matriz de resultados.

O papel da bancada da Nova Democracia no Parlamento consiste em fiscalizar, pressionar, propor e promover políticas, resoluções e intervenções capazes de facilitar a confirmação desta hipótese com base no engajamento dos cidadãos nos mais variados níveis distrital, provincial e central.

Factores determinantes como a eleição da Bancada da Nova Democracia, o engajamento do cidadão nas plataformas criadas e a existência de imprensa livre e sensível às matérias no compromisso cívico, são pressupostos fundamentais para a materialização da hipótese. Assim, adoptamos como principais estratégias para influenciar mudanças a capacitação dos nossos militantes, a

## Teoria da Mudança

### **Percurso para a Mudança:**

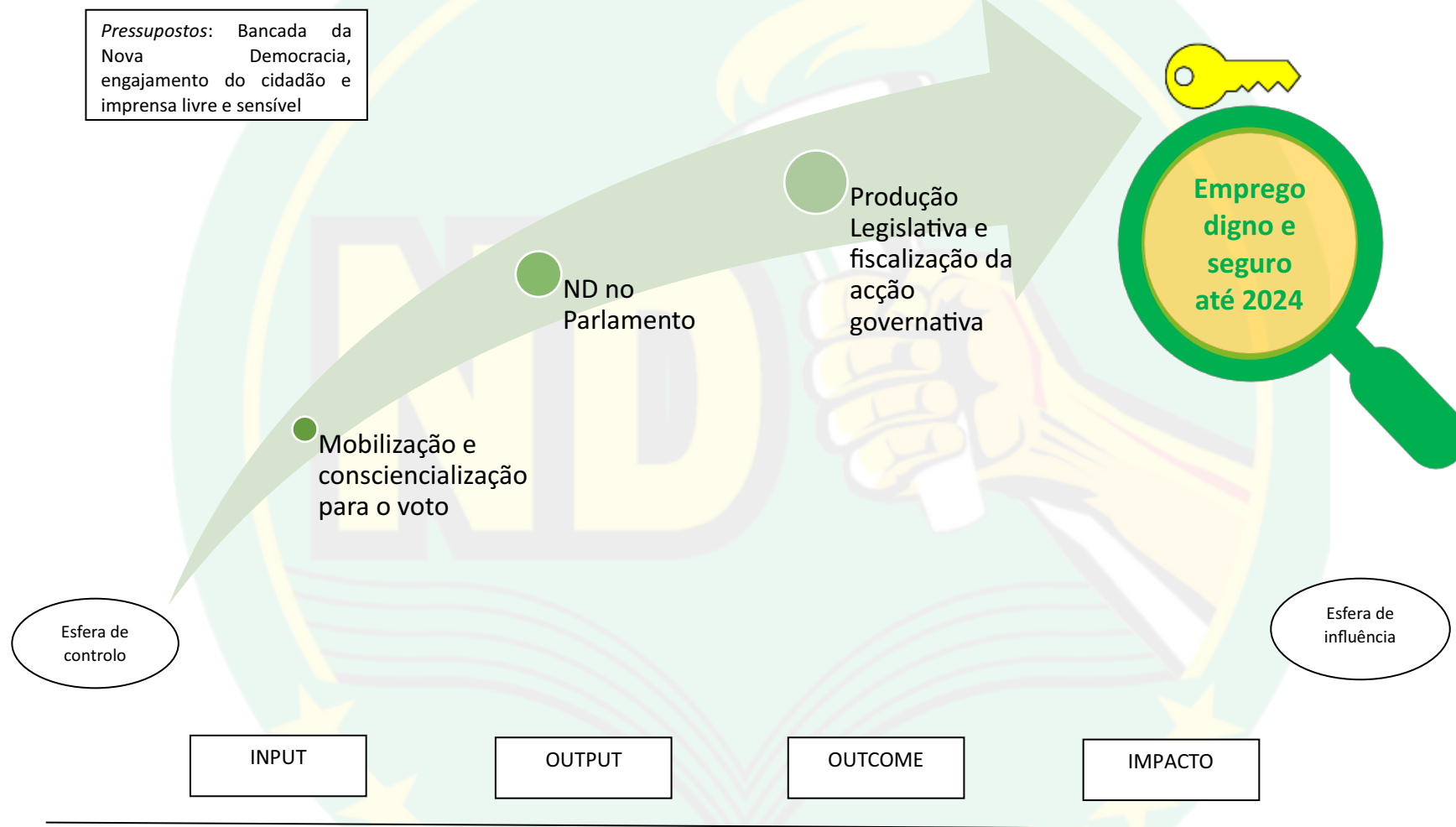
Se todo o quadro contextual apresentado coloca em risco a realização dos direitos dos cidadãos, a Bancada do ND maioritariamente constituída por jovens se oferece como janela de esperança para alteração deste cenário através de uma acção vibrante de reforma da forma moçambicana de se fazer política, em três estágios:

**Estágio 1: Mobilização e consciencialização social** – o voto consciente numa Nova Democracia em Moçambique é o primeiro estágio do processo de mudança que propomos, o qual deverá ser reforçado por um engajamento massivo na fiscalização da acção de apuramento de resultados;

**Estágio 2: ND no Parlamento** – a tomada dos assentos e a recusa à regalias excessivas é o segundo estágio para que a mudança ocorra e para assegurar que este Compromisso Cívico seja a base na nossa acção Parlamentar.

**Estágio 3: Produção Legislativa e fiscalização da acção governativa** – a implementação das acções estabelecidas no compromisso cívico privilegia o diálogo tolerante e permanente com actores locais, comunidades, adolescentes, jovens, idosos, mulheres e homens, entre eles servidores públicos, activistas, jornalistas, confissões religiosas, desportistas, artistas, agricultores, pessoas com deficiência, trabalhadores do sector informal, representantes de sindicatos, comunidade Rasta Farian, pessoas vivendo com HIV, jovens na rua e da rua, minorias, grupos excluídos e fazedores de opinião. As redes sociais, as rádios comunitárias, os media convencionais e os espaços tradicionais de participação propõem caminhos apetecíveis para a materialização das metas propostas. O ND almeja se tornar numa Bancada incomoda aos infractores e violadores da legislação.

**Estágio Final:** Através de um emprego digno e seguro devolver o direito de sonhar, a esperança, a dignidade e Moçambique aos Moçambicanos!





Considerando a tensão e instabilidade política que caracteriza o ambiente pós eleitoral em Moçambique, o facto da mulher, da criança e dos jovens constituírem maior populacional, assim como o retrocesso registado em termos de equilíbrio de género nos órgãos de decisão, mormente no campo político, que afectam profundamente a posição de destaque que Moçambique ocupa no mapa internacional de governação, as questões de PAZ, INFÂNCIA, JUVENTUDE e GÉNERO merecem reflexão transversal em todas dimensões da intervenção da Nova Democracia.

Assim, tal como outros temas transversais (deficiência, HIV e SIDA, terceira idade, violência e minorias) são operacionalizados ao nível de cada intervenção através de três vertentes:

- Transversalidade, através da sua integração nos programas chave, nas políticas, no sistema de monitoria e nos instrumentos de gestão;
- Igualdade de oportunidades, através da promoção de uma governação inclusiva;
- Acção afirmativa, através de intervenções orientadas para assegurar uma atenção especial para questões específicas como é o caso das listas do ND para representação nas diferentes entidades.

## *Financiamento da Mudança*

As medidas de política propostas neste manifesto poderão ser parcialmente, mas não exclusivamente cobertas por:

- (i) Lei de Repatriamento de capitais – com normas e mecanismos legais que permitam a materialização do repatriamento coercivo, separando “bens congruentes” adquiridos de forma legal dos “bens incongruentes”, que resultam de enriquecimento ilícito e que, por consequência, reverterão à favor do Estado. Ao repatriar os bens voluntariamente no período probatório, o visado obtém amnistia ficando com a possibilidade de movimentar livremente 25% do total, sendo os restantes 75% obrigatoriamente investidos nas mudanças acima propostas;
- (ii) Valores recuperados pelo Gabinete Central de Combate à Corrupção – com vista a impulsionar a transparência governativa é urgente que o GCCC torne público trimestralmente o valor devolvido ao Estado proveniente dos casos de corrupção transitado em julgado com pena condenatória de indemnização do Estado para que parte deste valor seja revertido à favor da geração de emprego e para a melhoria dos serviços sociais;
- (iii) Valor arrecadado da Operação Tronco, das operações do INAE, da caça furtiva e outras actividades ilegais ou irregulares cujo valor reverte à favor do Estado;
- (iv) Juros e multas colectados pelo Instituto Nacional de Segurança Social – INSS;
- (v) Fundo de Desenvolvimento Distrital vulgo 7 milhões e PERPU;
- (vi) 20% colectados dos megaprojectos pelo Estado à favor das comunidades locais;
- (vii) Impostos e receitas da indústria extractiva e do gás, com base numa agenda nacional de resposta aos DFI’s aprovado por 2/3 dos Deputados da Assembleia da República.

Por outro lado, importa reduzir os custos de produção legislativa e de fiscalização da acção governativa em Moçambique, através da sustentabilização das acções parlamentares baseado num diagnóstico profundo do custos destas mudanças.



8

**VOTA NA NOVA DEMOCRACIA**

+258 85 51 81 900 / 86 48 73 414  
vezdopovond@gmail.com